



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0580/17	DATA: 25/05/2017	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 09h53min	TÉRMINO: 11h15min	PÁGINAS: 25

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUCIENE SCHUCH - Fundadora do Movimento Viva Guaíba.  
KATHIA VASCONCELLOS MONTEIRO - Presidente do Instituto Augusto Monteiro.  
RENATO SARAIVA FERREIRA - Diretor do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas e Acesso à Água da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

SUMÁRIO

Debate sobre a qualidade da água do Lago Guaíba.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.  
Houve exibição de imagens.



**SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Bom dia, senhoras e senhores. Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, destinada a debater a qualidade da água do Lago Guaíba.

O requerimento para a realização deste evento é de autoria dos Deputados Heitor Schuch e Jose Stédile, ambos do PSB do Rio Grande do Sul, os quais já convido para fazerem parte da Mesa.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara* para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora.

Convido para ocupar a Mesa o Sr. Renato Saraiva Ferreira, Diretor de Revitalização de Bacias Hidrográficas e Acesso à Água da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente — obrigado por aceitar o convite, Renato.

Convido também a Sra. Luciene Schuch, fundadora do Movimento Viva Guaíba.

Por fim, convido a Sra. Kathia Vasconcellos Monteiro, Presidente do Instituto Augusto Carneiro — obrigado por aceitar o convite.

A palavra será concedida para cada convidado por 15 minutos. Evidentemente, não é preciso que fiquem presos aos 15 minutos, mas peço que não cheguem a 30 ou 40 minutos, visto que, após as palestras, iniciaremos os debates. Desde já agradeço e peço que cada convidado observe o tempo proposto para a sua exposição. Há um cronômetro à esquerda deste plenário para orientá-los nesse sentido.

Informo aos palestrantes, Parlamentares e demais presentes que, nesta audiência pública, esta Comissão promoverá um debate interativo por meio do portal e-Democracia, ferramenta interativa da Câmara dos Deputados.

Servidores desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham esta audiência pública, as quais serão respondidas pelos nossos convidados ou pelos Parlamentares ao final do debate.

Aqueles que desejarem ter acesso à rede de Internet *wi-fi* poderão retirar a senha nas portarias desta Casa.



Informo que esta reunião está sendo gravada, por isso solicito aos participantes o obséquio de sempre utilizarem o microfone para suas intervenções.

Peço ainda aos palestrantes que assinem a autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para transmissão pela Internet e em programas desta Casa.

Eu vou passar a Presidência desta audiência pública para o Deputado Jose Stédile, porque eu tenho outro compromisso agora, na CPI da FUNAI e INCRA. Até aproveito para dizer que essa CPI foi criada, na verdade, para intimidar e criminalizar os movimentos sociais e entidades de apoio à luta pelos direitos dos indígenas, dos quilombolas e dos assentados de reforma agrária.

Está para ser votado o relatório final, que pede o indiciamento de cerca de 100 pessoas, entre as quais: 21 antropólogos; 14 procuradores do Ministério Público Federal, se não me engano; lideranças indígenas; sindicalistas, como o atual Presidente da CONTAG; religiosos que trabalham com a causa indígena; técnicos do INCRA e da FUNAI, pelo fato de desenvolverem suas atividades; e o Presidente do CIMI, que é o Arcebispo D. Roque Paloschi, lá de Porto Velho.

Eu tenho dito, inclusive para a imprensa de fora e de dentro do Parlamento, como também lá na CPI, que eu gostaria de estar naquela lista também, de fazer parte, juntamente com aquelas pessoas, daquela lista. Dá inveja, porque não há um fato concreto que justifique o pedido de indiciamento daquelas pessoas naquela CPI. Elas estão sendo criminalizadas só pelo fato de estarem lutando pela implementação de algo que está garantido na Constituição brasileira: os direitos indígenas. Hoje deve ser votado, então, esse relatório final.

Eu sei que o espaço aqui não se destina a isso, Deputado Stédile, mas o que disse foi também uma justificativa para o fato de estarmos indo para lá: vamos fazer o embate político na CPI.

Desejo uma boa audiência para os senhores, esperando que daqui saiam muitas ideias boas para melhorar bastante o nosso Lago Guaíba. Bom trabalho!

Parabéns, Deputados Stédile e Heitor, pela proposição. Obrigado.

Passo a Presidência ao Deputado Jose Stédile. *(Pausa.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jose Stédile) - Bom dia a todos. É com alegria que os recebemos para tratar de um tema que para nós, povo gaúcho, é muito importante.

Eu queria saudar neste momento o Renato Saraiva Ferreira, que também é gaúcho, coordenou o Pró-Guaíba e hoje é Diretor de Revitalização de Bacias Hidrográficas e Acesso à Água da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental — o nome é comprido! — do Ministério do Meio Ambiente. Muito obrigado, Renato, pela sua presença. Certamente, vamos crescer com o seu conhecimento.

Eu queria agradecer as presenças da Luciene Schuch, fundadora do Movimento Viva Guaíba, que realiza um trabalho muito importante, e da Kathia Vasconcellos Monteiro, Presidente do Instituto Augusto Carneiro.

Agradeço o pedido de audiência pública ao Deputado Heitor Schuch, membro titular desta Comissão, que, além de ser gaúcho, é do meu partido e orgulha muito a nós gaúchos pela sua atuação — muito obrigado, Heitor.

Quero saudar algumas pessoas que estão aqui representando Deputados ou bancadas. Peço-lhes que depois deem seus nomes para que eu possa anunciar.

Já quero registrar a presença do Nelson Martini, a quem vou pedir, mesmo sem ser expositor, que faça parte da Mesa como representante dos Secretários do Meio Ambiente de toda a Grande Porto Alegre. Ele é o Secretário de Sustentabilidade, Trabalho e Desenvolvimento Econômico do Município de Cachoeirinha.

Registro ainda a presença dos Vereadores Tino e Edison Cordeiro, também de Cachoeirinha.

Quero agradecer os representantes da nossa bancada que estão presentes aqui e que podem contribuir conosco.

Peço às pessoas que estão representando outros Deputados ou bancadas que nos informem, para que possamos registrar suas presenças.

Nós pedimos esta pauta porque são frequentes as notícias da Grande Porto Alegre sobre a qualidade da água do Departamento Municipal de Água e Esgotos — DMAE e da Companhia Riograndense de Saneamento — CORSAN. Para quem não sabe, explico que o DMAE coleta e distribui água para Porto Alegre, e a CORSAN é



responsável por isso nos Municípios da Grande Porto Alegre. As queixas são muito graves, as dúvidas são muito grandes. Não se tem com precisão informação do que está acontecendo, principalmente com relação ao DMAE em Porto Alegre.

Paralelamente a isso, também está em andamento um pedido de exploração da areia no Lago Guaíba. Considerando que a água já é ruim, nós não temos certeza do risco que pode trazer à sociedade a exploração da areia dele.

Na época em que fui Prefeito do Município de Cachoeirinha, que fica ao lado de Porto Alegre, fiz um trabalho intenso para recuperar os arroios da cidade, que formam o Rio Gravataí. Tenho certeza absoluta de que — e nós andamos de barco para verificar a situação — a água dos arroios que saem de Cachoeirinha e compõem o Rio Gravataí não é limpa, mas ela não tem poluição industrial. Nenhuma das indústrias de Cachoeirinha despeja diretamente no Rio Gravataí os seus resíduos. Nós temos esse controle.

Mas, nos Municípios de Gravataí, Alvorada, Canoas e Porto Alegre, a situação é diferente. Quem entra na autoestrada BR-290, no trecho conhecido como Freeway, já se apavora com a poluição daquele arroio que fica ao lado da Polícia Rodoviária Federal — eu esqueci o nome dele agora, mas os senhores sabem de qual eu estou falando.

Eu estou no segundo mandato de Deputado Federal e, já no primeiro ano do meu primeiro mandato, procurei o DMAE em Porto Alegre, onde tive uma reunião — eu me lembro como se fosse hoje. Na ocasião, eu me dispus a fazer um movimento entre os Deputados para alocar recursos para ajudar a recuperar os arroios que compõem o Rio Gravataí, o Rio dos Sinos, etc.

Sugeri ao DMAE que fizesse um projeto simples, para termos noção do custo e sabermos o que pode ser feito, mas até agora estou esperando o resultado. Eu acredito que, com poucos recursos, nós diminuiríamos muito a poluição dos rios que compõem o Lago Guaíba, que são o Rio Caí, o Rio dos Sinos, o Rio Gravataí e o Rio Jacuí.

É por isso que hoje nós vamos tratar deste tema. O povo de Porto Alegre aguarda com ansiedade os resultados das pesquisas da água, esperando que sejam resultados que possam tranquilizá-lo a respeito do consumo da água da região.



Nós fizemos vários convites. Convidamos todos os Secretários de Meio Ambiente da região e, lamentavelmente, recebemos a resposta de que as Prefeituras estão numa situação muito difícil e não têm recursos para liberá-los. O próprio DMAE de Porto Alegre nos mandou correspondência dizendo que não teria recursos para nos enviar um representante.

Então, uma das nossas sugestões é que a Comissão de Meio Ambiente realize em breve uma mesa-redonda lá em Porto Alegre — vou sugerir que o Deputado Heitor também solicite isto — convocando todos os Secretários e outras pessoas na mesma situação. Um dos palestrantes também nos disse que ficou inseguro com o que aconteceu ontem aqui em Brasília. Independentemente disso, nós estamos aqui para trabalhar.

Agradeço mais uma vez aos expositores.

Vamos iniciar os trabalhos com a Sra. Luciene Schuch, fundadora do Movimento Viva Guaíba, que dispõe de 15 minutos.

**A SRA. LUCIENE SCHUCH** - Bom dia, senhoras e senhores. Eu estou muito satisfeita em dividir com os senhores a preocupação do Movimento Viva Guaíba em relação ao destino do Lago Guaíba e da água que abastece o nosso Estado.

O movimento foi criado em 2006, quando, pela primeira vez, nós ouvimos falar na possibilidade da retomada da mineração no Lago Guaíba. Por meio de uma grande campanha, nós nos mobilizamos e conseguimos 200 mil assinaturas físicas — não havia assinaturas virtuais naquela época — nas ruas gaúchas. Conseguimos assinaturas de todos os Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais, dos nossos três Senadores da época, de ex-Governadores do Rio Grande do Sul e do então Governador do Estado. Trouxemos esse abaixo-assinado ao Ministério do Meio Ambiente e o entregamos, primeiro, para a Ministra Marina Silva e, posteriormente, para o Ministro Carlos Minc.

Embora não tenhamos conseguido oficialmente a proteção que pleiteávamos — um decreto que impedisse a abertura do Guaíba para a mineração —, fato é que por 10 anos esse assunto permaneceu parado.

A calma durou até o ano passado, quando essa ameaça ressurgiu por meio de um pronunciamento da Secretária do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio Grande do Sul, a Ana Pellini, que eu pensei que estaria aqui. Ela



queria abrir a mineração no Guaíba em caráter experimental, para uma ou duas empresas, algo desse gênero, sem nenhum tipo de zoneamento ou coisa assim. Isso foi imediatamente reprovado pelo Ministério Público Estadual, mas o assunto voltava à cena, e nós sentíamos que também precisávamos voltar a atuar.

Passamos, então, a acompanhar todas as atividades relativas ao tema: as reuniões do Comitê do Lago Guaíba; a tentativa de zoneamento ecológico-econômico específico para essa atividade, proposto pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente — SEMA; e as ações coletivas que tramitam na Justiça Federal. O zoneamento acabou não sendo aceito, em face às inúmeras irregularidades e omissões encontradas no trabalho apresentado pela SEMA.

Por que é que nos preocupamos tanto com a mineração no Lago Guaíba? Eu respondo que, na verdade, nós nos preocupamos com a água do Guaíba, que é o único manancial que abastece quase 5 milhões de pessoas no Rio Grande do Sul. Todos nós sabemos que a água é essencial para a sobrevivência de seres vivos — humanos, animais ou vegetais.

Embora 70% do planeta Terra sejam constituídos por água, infelizmente somente 2,5% dessa água é doce, e a grande maioria está congelada. Sobram irrisórios 0,003% desse recurso mundial para a utilização do homem — 0,003%.

Nosso planeta é um sistema fechado, e a mesma quantidade de água é reciclada há milhões de anos. Porém, o consumo de água potável aumenta ano a ano, devido aos impactos ambientais causados pela superpopulação, pelas atividades agrícolas e industriais e, principalmente, pelo mau uso dos recursos hídricos.

Sabemos que já existe uma séria crise hídrica no planeta — 35% da população mundial não têm acesso a água tratada, e 43% não têm acesso a saneamento básico.

Um estudo denominado *Água Doente* foi elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em Nairóbi, no Quênia, em 2010, e concluiu que água poluída mata mais do que qualquer forma de violência, incluindo-se as guerras.

Estudiosos preveem que, em breve, a água será a causa principal de conflito entre as nações. As futuras guerras não serão por território, petróleo ou religião, mas



por água. Já há sinais dessa tensão em áreas do planeta como Oriente Médio e África.

Dois terços da população mundial enfrentarão severa escassez de água em 20 anos, conforme previsão da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura — FAO. Essa previsão articula-se com a constatação de que o consumo da água dobrou em relação ao crescimento populacional do século XX.

Embora o Brasil seja o primeiro país em disponibilidade hídrica em rios no mundo, a poluição e o uso inadequado comprometem esse recurso em várias regiões do País.

Nosso potencial de recursos hídricos é de 53% da reserva da América do Sul, mas a média de desperdício da água chega a 45%. Apesar de sermos privilegiados na distribuição da água no planeta, parece que não temos a consciência do valor dessa riqueza. Estamos, sistematicamente, matando os nossos rios. São vários exemplos, e o maior deles é o Rio Doce.

Quero, como cidadã e mãe, manifestar minha grande preocupação com o futuro do abastecimento de água para a população gaúcha. Sabemos que o Guaíba é um corpo hídrico, sensível e frágil. Sabemos que ele já está gravemente poluído por esgoto doméstico, dejetos industriais, pesticidas e agrotóxicos, lixo, metais pesados, entre tantos outros poluentes. Sabemos que ele recebe a água de três dos dez rios mais poluídos do País: o Caí, o Gravataí e o dos Sinos. Sabemos do risco que a mineração de areia representa para a saúde do Guaíba. Remexer no leito de um manancial tão contaminado é um risco sem precedentes para o ecossistema e especialmente para a população gaúcha.

Não queremos ser um futuro Rio Doce. Temos responsabilidade para com as futuras gerações. Não podemos comprometer ainda mais a qualidade desse bem tão precioso por lucro, objetivo perseguido por um conjunto de empresas mineradoras. Permitir que essas empresas realizem os estudos de impacto ambiental sobre suas próprias atividades é abrir o patrimônio público para exploração sem supervisão.

É absolutamente necessário que os órgãos competentes participem ativamente da fiscalização de todos os atos que envolvam o Guaíba, dando





prioridade à saúde pública sobre a conveniência que a exploração do Guaíba representa para alguns.

Por isso, nos mantemos atentos. Buscamos esclarecer e informar nossa população, ensinar os jovens e lutar acirradamente contra qualquer ameaça à nossa água. É possível viver sem petróleo, é possível viver sem areia, não é possível sem água potável.

Nós preparamos um vídeo e vamos apresentá-lo aos senhores.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jose Stédile) - Obrigado, Luciene.

Vamos ouvir agora a Sra. Kathia Vasconcellos Monteiro, Presidente do Instituto Augusto Carneiro.

**A SRA. KATHIA VASCONCELLOS MONTEIRO** - Bom dia a todos. Quero agradecer o convite para participar desta audiência pública e integrar a Mesa. Realmente, este é um momento importante de se fazer essa discussão. O Governo Federal, os Estados e os Municípios não têm recursos para novos investimentos.

O Instituto Augusto Carneiro é uma ONG ambientalista, que tem sede em Porto Alegre, cujo nome homenageia um dos pioneiros da ecologia, o Sr. Augusto Carneiro, que trabalhou com José Lutzenberger, a figura mais importante desse movimento.

Como não poderia deixar de ser, a sociedade civil não pode se abster de falar sobre o que pensa. E, neste momento, a questão mais importante é o “Fora, Temer”.

Eu vou falar principalmente sobre o lado bonito do Guaíba. Por que esse rio é tão importante para nós, do ponto de vista de nos trazer felicidade? Em Porto Alegre, ouve-se muito falar — alguém disse isso uma vez e está sendo repetido incessantemente — que Porto Alegre está de costas para o Guaíba. Isso não é verdade!

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Mostro na imagem momentos de lazer, na orla do Guaíba, numa área praticamente central de Porto Alegre, onde as pessoas se reúnem todo final de semana para usufruir da vista e das benesses do local. É muita gente. Essas pessoas não estão de costas para o Guaíba.



Ali também está localizado o anfiteatro Pôr do Sol, que fica na mesma área do parque mostrado na imagem anterior, na beira do Guaíba, que recebe *shows* gratuitos, com a participação de muitas pessoas. O Fórum Social Mundial aconteceu na beira do Guaíba, ao lado do anfiteatro Pôr do Sol.

A população tomava banho no Rio Guaíba até a década de 70. Era difícil ir até o litoral; então, tomávamos banho no rio. Eu cheguei a tomar banho ali. Depois veio a poluição. Mas há alguns anos houve todo um esforço do Município, quando foi construída uma estação de tratamento no extremo sul de Porto Alegre — uma ou duas, não tenho certeza —, o que permitiu haver balneabilidade no Guaíba nessa área. Em alguns bairros do extremo sul, como o Lami e o Belém Novo, é permitido tomar banho, e as pessoas, na maioria de baixa renda, costumam usufruir desse benefício.

Ali acontece ainda o turismo embarcado, em que são usados barcos mais populares, como o Cisne Branco, que tem lugar para festas, para navegar pelo Guaíba. Essa é uma fonte de renda para muitas pessoas.

Há também a prática de esportes náuticos. Muitas regatas acontecem em Porto Alegre. Há uso de *jet ski*, prática de canoagem, de canoa havaiana, enfim, vários esportes são praticados no Guaíba, mas essas atividades não poderão ser feitas se ficarmos de costas para ele.

No final de semana, há pesca. É bastante comum vermos o pessoal pescando. Temos ainda a pesca profissional. O Guaíba tem uma parte bastante poluída, mas ainda há áreas em que há peixes que podem servir de alimento. E há também outro tipo de pesca, essa bastante triste, que é a pesca do lixo, feita constantemente, inclusive pelos pescadores.

As águas do Guaíba também são utilizadas na agropecuária, especialmente na irrigação de arroz. Sem essa água, que já foi muito mais contaminada do que é agora, a agricultura seria afetada de forma muito grave.

Apesar de tantos usos, o Guaíba não é só beleza. Nós temos problemas com o lançamento de esgoto. Na imagem aparecem os três rios mais poluídos, conforme a Luciene comentou: o Rio dos Sinos, o Rio Gravataí e o Rio Caí. Eles despejam suas águas no Guaíba. Grande parte da poluição por esgoto no Guaíba é oriunda desses três rios. Então, não adianta fazermos todo um esforço de tratamento de



esgoto em Porto Alegre e em Eldorado do Sul para despoluir o Guaíba se os rios citados não forem tratados. É algo realmente bastante sério.

Quero também mencionar que há vários arroios em Porto Alegre que ainda recebem esgoto de forma clandestina. Na região onde está localizado o Guaíba, existe todo um sistema de coleta e tratamento de esgoto. Porém, como muitos moradores ainda não ligaram o esgoto na rede ou a Prefeitura não fez a rede coletora, esse esgoto está indo para o Arroio Dilúvio. Os senhores podem ver na imagem que na foz há uma mancha preta. Isso indica claramente haver contaminação. Dá para ver a mancha preta saindo do Guaíba, característica de poluição por esgoto, e a 500 metros, ou menos, desse ponto de lançamento do Riacho Ipiranga há um ponto de captação de água do Departamento Municipal de Água e Esgotos, o DMAE.

O que eu quero dizer com isso? A parte de Porto Alegre que é abastecida pela Estação de Tratamento de Água Menino Deus está bebendo água de reúso de esgoto. O pessoal não admite, mas é isso. Não sei como é a legislação de reúso de esgoto, não me aprofundei nesse assunto ainda, mas realmente é um problema muito sério. Nós não podemos permitir que esse tipo de prática continue.

Nesta imagem temos duas belas fotos do Guaíba. Uma delas é antes de ele ser canalizado, o que aconteceu na primeira metade do século XX. A beleza dele é reflexo do cuidado das pessoas, que foram plantando árvores na sua orla — é um hábito do porto-alegrense plantar árvores. Apesar de poluído, é um arroio extremamente bonito. E ali dá para ver flores no período da primavera.

Nós temos problema de descarte de lixo no Arroio Dilúvio. Por isso, uma empresa tomou a iniciativa de testar uma tecnologia para recolhimento desse lixo antes que chegasse ao Guaíba. Essa empresa instalou uma ecobarreira, que impede que o lixo escoe para o Guaíba. Por ser maleável, quando o arroio está cheio, ela sobe; quando o arroio está muito baixo, ela desce, não influenciando na capacidade de descarga do arroio. Esse lixo todo é recolhido e levado para o aterro sanitário.

No primeiro ano de funcionamento desse sistema foram recolhidas 170 toneladas de lixo. Então, é muito lixo que deixou de ser levado para o Guaíba. É uma tecnologia importante. Eu entendo que essa tecnologia deveria ser levada a



outros arroios, não só aos de Porto Alegre, como aos de outros Municípios. Portanto, somente o tratamento de esgoto pode melhorar a qualidade da água do Guaíba e diminuir os custos com tratamento.

Os senhores imaginem o custo financeiro de tratar um esgoto a ponto de ele poder ser reutilizado no abastecimento público. Nós precisamos diminuir esse custo. Quem faz isso é o DMAE, nosso Departamento de Água e Esgotos. Vou me concentrar sobre esse Departamento, porque não tenho conhecimento profundo sobre a Companhia Riograndense de Saneamento — CORSAN. Sei que a CORSAN e o DMAE têm recursos e planos de implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto, mas sabemos que isso não acontece de um ano para outro.

O que temos visto hoje? No último ano houve dois eventos de gosto e cheiro ruim na água servida em Porto Alegre. O primeiro foi caracterizado por um cheiro e um gosto muito forte na água, a ponto de se estar passando por uma avenida, por uma BR em Porto Alegre, e as pessoas sentirem esse cheiro.

O DMAE e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental — FEPAM tentaram identificar esse cheiro por muito tempo — por mais de 4 semanas —, mas o DMAE não tem mais capacidade técnica para fazer análise da água em Porto Alegre porque seus equipamentos estão sucateadas. Então, todas as análises sobre o que havia na água foram enviadas a um laboratório em São Paulo. A demora se deu em razão do tempo para a coleta da água do Guaíba, o envio das amostras para São Paulo, a análise e o retorno a Porto Alegre. Acho que isso levou de 1 mês a 2 meses. O interessante é que não se conseguiu identificar a causa do mau cheiro e do gosto na água. Mas, como não se podia fazer nada, continuaram pesquisando, e as pessoas continuaram consumindo aquela água, até que o Ministério Público teve que intervir. Quer dizer, parte significativa da população de Porto Alegre estava tomando uma água de baixa qualidade, e o DMAE afirmava que a água era potável, sem saber o que estava contaminando a água.

O que foi feito? Uma empresa de tratamento de efluentes localizada na área próxima ao Guaíba, exatamente na região onde estava ocorrendo o cheiro, foi responsabilizada. Deve-se considerar que era ano de eleição — isso aconteceu na segunda metade do ano passado. O cheiro parecia muito com o odor de mofo. O DMAE não soube o que fazer, e a FEPAM fechou a empresa, acusando-a de



poluição química. Na verdade, a empresa foi fechada porque o que estava fora dos parâmetros era o cheiro, e não por contaminação da água. A situação está bastante esquisita.

Tivemos um ou dois episódios este ano, com cheiro provavelmente causado por bactérias ou algas no Guaíba, o que é bastante comum, mas o DMAE ainda não sabe o que aconteceu. Antigamente, o DMAE tinha laboratório próprio, coletava água, examinava-a no microscópio e dizia o que havia de errado. Parece-me que o DMAE não tem mais microscópio, porque teve que enviar amostras de água para São Paulo.

A situação é bastante grave. O sucateamento do DMAE é muito sério. É importante que os Deputados aqui presentes, mesmo sendo Deputados Federais, interfiram pela manutenção do DMAE. A Prefeitura está pretendendo fazer algo com o DMAE, mas não sabemos se ele será dividido em dois, porque é Departamento de Água e Esgotos, se vai ser privatizado ou se cada área dele irá para uma secretaria. Já estamos observando problemas na água do Guaíba, cuja qualidade está baixa, e o Governo Municipal ainda pretende fazer alguma coisa com esse Departamento, mas ninguém sabe o quê.

Portanto, é importante a população de Porto Alegre e a comunidade em geral manifestar-se sobre isso e tentar evitar que esse órgão seja extinto.

Para encerrar, peço aos Deputados, em especial aos do Rio Grande do Sul, que intercedam junto ao Governo do Estado, para que a Fundação Zoobotânica não seja extinta. Estamos correndo o risco de perder uma Fundação que tem qualidade, excelência técnica e um acervo com várias coleções. Além disso, ela administra o Jardim Zoológico e o Jardim Botânico de forma muito competente, mas está em vias de extinção.

Era o que eu queria dizer. Muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jose Stédile) - Quero registrar a presença do representante do Governo do Rio Grande do Sul, José Otaviano Fonseca. Muito obrigado pela presença.

Vamos ouvir agora Renato Saraiva Ferreira, que é Diretor do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas e Acesso à Água da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.



**O SR. RENATO SARAIVA FERREIRA** - Bom dia a todos. Agradeço o convite aos Deputados Jose Stédile e Heitor Schuch, que muito oportunamente estão promovendo este debate sobre o Guaíba.

Cumprimento a Sra. Kathia Vasconcellos, que conheço há alguns anos — não vou dizer quantos —, a Sra. Luciene Schuch, que vem fazendo um trabalho muito importante em relação ao Guaíba, e o Secretário de Meio Ambiente de Cachoeirinha.

Eu tenho compromisso com a recuperação do Guaíba e já trabalho há muitos anos com esse tema. Eu coordenei o Programa Guaíba Vive, da Prefeitura de Porto Alegre, na década de 1990; depois, no início de 2000, coordenei o Pró-Guaíba.

Na luta ambiental é necessário ter paciência e persistência. É isso o que vamos ter que, cada vez mais, incorporar nessa luta. Persistência é a palavra-chave, porque, na verdade, a contaminação ambiental não acontece por acaso. Ela decorre de um modelo de desenvolvimento insustentável. Então, é necessário fazer uma transição no modelo de desenvolvimento, do ponto de vista agrícola, do ponto de vista industrial, do ponto de vista do desenvolvimento urbano. É fundamental adequar as atividades que foram se estruturando no modelo velho, ao mesmo tempo em que se redirecionam as atividades para esse modelo novo.

No Ministério do Meio Ambiente, nós trabalhamos com a revitalização de bacias a partir de alguns conceitos. Vou começar falando do macro até chegar ao Guaíba.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O primeiro ponto fundamental que a política de recursos hídricos traz para a política ambiental é o conceito de bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão. Historicamente, a política ambiental trabalha dentro dos territórios políticos, como Municípios, Estados e União, ou por biomas. Já a política de recursos hídricos traz a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão. Identifica-se que esse é o elemento mais interessante para o planejamento ambiental, até porque coloca a água, elemento essencial à vida, no centro do tema ambiental; sem água nada existe.

No momento em que a política de recursos hídricos traz a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão, organizando os usuários daquela bacia —



representantes da indústria, da agricultura, dos Municípios e dos Estados — para fazer a gestão, os comitês de bacia tornam-se uma instância importante para, a partir do balanço hídrico da bacia, definir limites.

Esse é outro conceito que o movimento ecológico traz: qual é o limite para o desenvolvimento daquela bacia? Quantas pessoas cabem ali? Quantas indústrias cabem ali? Quanto de irrigação é possível? Existe um limite. A água circula naquela bacia. O ciclo hidrológico daquela bacia é histórico. Conhecendo esse ciclo histórico, quais são os limites? Então, usa-se a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão.

A água é considerada um elemento integrador e sensível às transformações antrópicas e naturais que ocorrem no território.

A revitalização das bacias é uma oportunidade de integrar a gestão das águas superficiais e subterrâneas à gestão ambiental, à gestão urbana e às demais políticas públicas. Esse é o grande debate atual.

Hoje, Brasília tem problemas de abastecimento de água, o Rio São Francisco também tem problemas de abastecimento de água, e uma das razões é a dissociação da relação das águas subterrâneas com as águas superficiais. A superexploração dos aquíferos é a grande responsável pelos problemas que estão ocorrendo tanto em Brasília quanto no Rio São Francisco.

O Aquífero Urucuia, na região oeste baiana, abastece quase 80% da descarga de base do São Francisco. A superexploração dele nos últimos 20 anos foi enorme. Então, quando se fala que o volume útil do reservatório de Sobradinho está em 2%, e agora vamos ter que reduzir a vazão de Xingó para 570 metros cúbicos por segundo, isso reflete a superexploração do Aquífero Urucuia. No Distrito Federal, há superexploração da Bacia do Rio Descoberto. A UnB hoje estuda a superexploração ocorrida na região do Lago Oeste. Ela aconteceu de tal forma que as chuvas dos anos seguintes não repuseram as águas antigas desses aquíferos. Então, a questão das águas subterrâneas é fundamental.

É preciso fortalecer o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos — SINGREH e o Sistema Nacional do Meio Ambiente — SISNAMA.

Na revitalização de bacias há necessidade de desenvolver ações integradas. Então, não é só esgoto, não é só lixo, não é só educação ambiental, não é só



adequação das indústrias. É tudo junto, não há algo mais importante. É preciso tratar esgoto, lixo, indústria e agricultura. Por isso, essa política pública precisa ser integrada.

É necessário que essa melhoria também aconteça nas condições socioambientais, visando aumentar a quantidade e melhorar a qualidade da água para usos múltiplos. A Lei de Recursos Hídricos diz que, em situação de escassez, o consumo humano é a prioridade. Mas 70% da água usada é destinada à irrigação, e há um desperdício enorme. Apenas 30% da água usada na irrigação é efetivamente absorvida pela planta. Quase 70% dessa água é perdida em evaporação, evapotranspiração ou nos deslocamentos. Então, é preciso que o debate sobre a necessidade de irrigação mais eficiente na agricultura seja feito em todos os níveis.

Isso também ocorre nas bacias do Gravataí e dos Sinos, onde o período de mais baixa vazão é exatamente quando os irrigantes necessitam de água para a produção. Nos últimos anos, já tem havido conflito no Rio Gravataí e, especialmente, no Rio dos Sinos, por conta da mortalidade de peixes.

Temos que caminhar dentro de um conceito de revitalização que preserve o que ainda é possível preservar — isso é mais barato —, que conserve por meio do uso adequado dos recursos existentes e que recupere o que foi degradado, que é o mais caro. Temos que trabalhar com essas três ênfases.

O Brasil está dividido em 12 regiões hidrográficas, a partir de uma resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Uma delas é a Região Hidrográfica do Atlântico Sul, onde se situa o Lago Guaíba.

O relatório de conjunturas da Agência Nacional de Águas aponta três regiões muito críticas no Brasil: o Nordeste, pelo estresse hídrico; a região de São Paulo e Rio de Janeiro, que recentemente sofreu a crise na região do Rio Paraíba do Sul, do qual dependem quase 20 milhões de pessoas; e a região do Atlântico Sul, que engloba tanto a Bacia do Uruguai quanto a do Guaíba. Na do Uruguai, o estresse hídrico ocorre pela agricultura irrigada; na do Guaíba, pela agricultura irrigada e também pela qualidade da água, pela poluição.

É interessante observar a retirada de água por usos nas 12 regiões hidrográficas. Na Região do Atlântico Sul, há um volume significativo de vazão por conta de irrigação. Na relação de demanda e disponibilidade, mostram-se em





situação muito crítica a Bacia do Atlântico Nordeste Oriental, que compreende Estados nordestinos como Pernambuco e Paraíba; a Bacia do São Francisco; e, logo em seguida, vem a Região do Atlântico Sul, onde está o Guaíba. Esses dados de conjuntura são da Agência Nacional de Águas.

Por conta das mudanças climáticas, o que está ocorrendo no planeta hoje? Em bilhões de anos, sempre houve eventos extremos. No momento em que é gerado um aquecimento no planeta e em que esses gases de efeito estufa sobem para a atmosfera e vão engrossando essa camada, os raios solares, que sempre refletiram na superfície do planeta e saíram, agora estão refletindo e saindo cada vez menos. Por isso, o planeta está aquecendo e virando essa estufa. Ao aquecer, a evaporação e a evapotranspiração aumentam. Não é à toa que açudes do Nordeste levavam até 2 anos para secar, mas agora secam em 6 meses. As águas superficiais estão indo embora.

O impacto da mudança climática no ciclo hidrológico é enorme! Em regiões onde historicamente havia inundações, a tendência é aumentar a inundação; onde havia seca, é aumentar a seca. Então, não é à toa que na Amazônia e na Região Sul estão ocorrendo cada vez mais enchentes.

Na divisão nacional de regiões hidrográficas, o Rio Grande do Sul está dividido em apenas duas regiões: a Região Hidrográfica do Atlântico Sul e a Região Hidrográfica do Uruguai. Mas a Constituição do Rio Grande do Sul dividiu a Bacia do Atlântico Sul em duas: a do Guaíba e a do Litoral. Então, o Rio Grande do Sul ficou dividido em três regiões hidrográficas.

A Bacia do Guaíba, chamada de Região Hidrográfica do Guaíba, compreende em torno de 250 Municípios, 84 milhões de quilômetros quadrados, 30% do território gaúcho, onde vivem cerca de 6 milhões de habitantes, sendo 84% na zona urbana e 16% na zona rural. A região é formada por 9 bacias hidrográficas e responde por mais de 70% do PIB do Estado. Ali há intensa atividade econômico-industrial e agrícola. Os principais problemas ambientais nas áreas urbanas estão relacionados a esgoto, resíduos sólidos, agrotóxicos e desmatamento. Na região do Lago Guaíba propriamente dito, foi instituído o Comitê do Lago Guaíba, responsável por 27 sub-bacias.



A luta pela recuperação do Guaíba começou na década de 1940, com o trabalho pioneiro de Henrique Roessler. Depois, avançou com a criação da União Protetora da Natureza, em 1955. Na década de 1970, houve uma luta muito forte, que envolveu José Lutzenberger, Magda Renner, Hilda Zimmermann, Augusto Carneiro, Flávio Lewgoy e Caio Lustosa, que denunciaram a poluição produzida pela Celulose Borregaard S.A., empresa que se implantou na região e causou grande dano.

Depois, foi implantado o Polo Petroquímico e houve problema sério com agrotóxicos, que resultou na Lei de Agrotóxicos. Um artigo da lei gaúcha impediu no Rio Grande do Sul o uso de agrotóxicos proibidos nos países de origem. Na época, foi usado por lá o pó da China, e esse veneno apareceu na água analisada pelo DMAE.

Em 1981, foi criado o primeiro programa de recuperação do Guaíba, o Projeto Rio Guaíba, uma parceria entre DMAE e CORSAN. Em que pese haver esse aspecto importante de iniciar o processo de coleta e tratamento de esgoto, a ideia era o DMAE ser incorporado pela CORSAN. O DMAE, porém, sempre foi um órgão superavitário e muito qualificado entre os órgãos de saneamento municipais do Brasil. Na época, houve um movimento contra esse acordo, e o DMAE continuou sendo um organismo autônomo.

Naquela época, conseguiu-se realizar muitas obras, especialmente na Bacia do Dilúvio. Foram construídos interceptores ao longo de todo o Dilúvio, exatamente para coletar o esgoto cloacal daquela bacia. Durante muito tempo, esse esgoto foi direcionado para a Ponta da Cadeia, para o Gasômetro, a partir de uma ideia sanitária antiga de que o Guaíba seria a lagoa de tratamento de esgotos e que as captações é que deviam ser preservadas. Originalmente, era assim.

Em 1989, com uma visão mais ampla, foi constituído um programa mais abrangente, o Guaíba Vive, empregando um olhar urbano, de educação ambiental e de adequação de atividades. Em 1992, a primeira praia recuperada do Guaíba foi entregue.

Também em 1989 foi criado pelo Governo Estadual o Pró-Guaíba, que incluía não só o Lago Guaíba, mas também a região hidrográfica como um todo. Esse programa contou com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento,



num valor de aproximadamente 220 milhões de dólares. O carro-chefe do Pró-Guaíba foram ações de tratamento de esgoto, especialmente na Zona Sul de Porto Alegre, na região de Ipanema, e na Zona Norte, onde fica a estação São João-Navegantes. Também foi tratado o lixão da Zona Norte de Porto Alegre, que despejava o esgoto, o chorume, no Rio Gravataí. Foram feitas ainda estações de tratamento de esgoto em Cachoeirinha e Alvorada — são as principais. Houve também o fortalecimento institucional da Fundação Zoobotânica, da FEPAM e da EMATER. Só na parte de agroecologia e parceria com os movimentos de reforma agrária, foram mais de 6 mil famílias de pequenos agricultores que fizeram a adequação dos assentamentos para a agroecologia.

Chegamos à discussão sobre as captações de água em Porto Alegre. O que se vê em azul, na Zona Norte de Porto Alegre, para a captação de água? São João; depois, Moinhos de Vento; depois Menino Deus, Tristeza, e assim por diante, descendo para o sul.

Porto Alegre vive um conflito, um problema sério. Na verdade, como já foi dito pela Kathia, a Bacia Hidrográfica do Guaíba recebe água especialmente do Rio Gravataí, do Rio dos Sinos e do Rio Caí. A água da Zona Norte de Porto Alegre deságua no Rio Gravataí. Então, é fundamental que o tratamento do esgoto da Zona Norte de Porto Alegre se amplie, porque suas águas vão para o Rio Gravataí pela bacia hidrográfica, e ele desce. Em seguida, vem o Rio dos Sinos. Então, o dos Sinos já empurra a água do Gravataí e ali ocorre a captação de água de quase 60% de Porto Alegre. Depois, nós temos a captação na estação Moinhos de Vento, próximo à Ponte do Guaíba. Historicamente, é lançado quase 60% do esgoto de Porto Alegre, sem tratamento nenhum, no Gasômetro. E, aí, acontece a captação de Menino Deus.

Na verdade, historicamente, o que as cidades buscam? Buscam fazer a captação na parte de cima e larga o esgoto na parte de baixo, essa é a lógica. No entanto, Porto Alegre vive uma situação muito séria, porque, na verdade, primeiro ela larga o esgoto e, depois, capta a água. Esse é o grande problema.

Este é ponto mais poluído. Nós vamos ver que — já vou encerrar —, dos rios da Bacia Hidrográfica do Guaíba, os dois rios mais poluídos são o Gravataí e o dos



Sinos. Abaixo do plano do Guaíba, são fundamentalmente esses dois rios, até porque o Jacuí também chega ali, mas ele empurra os dois para o cais.

É por isso que é muito importante o debate que o Deputado Stédile está propondo com o DMAE. Seria muito importante a presença do DMAE e da FEPAM. O Ministério do Meio Ambiente está à disposição para contribuir com esse debate.

Em que pese os esforços realizados pelo DMAE ao longo desses anos, o problema continua, porque a população cresce, as atividades industriais aumentam. Precisa haver uma adequação das atividades, isso é fundamental. Hoje o DMAE tem um projeto, que já é antigo, de alterar a captação principal hoje feita nessa região para dentro do Delta. O Delta do Jacuí fica localizado em um conjunto de ilhas. Boa parte do Rio Jacuí tem água de classe 2, ou seja, ali ainda está chegando água de muito boa qualidade.

Do ponto de vista de qualidade de água, para a população de Porto Alegre essa seria uma grande saída. É uma obra de aproximadamente 100 milhões de reais. Inclusive o próprio Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul — BRDE teria possibilidade de financiá-la, porque o DMAE tem boa capacidade de endividamento. Mas, aí, entra uma questão de discussão mais estratégica: será que tirar essa captação dali, fazer esse investimento, é a melhor solução? Nós não estaríamos abandonando a discussão e a possibilidade de recuperação do Gravataí e do Sinos? Eu acho que esse é um debate importante na região hidrográfica.

No que diz respeito ao Gravataí, nós teríamos que retomar a discussão da Barragem do Banhado Grande. Foi drenado o banhado e, hoje, aquela enchente toda que há naquela região da FIERGS deveria estar no Banhado Grande.

Teríamos também que discutir a gestão de uso do Sinos. Eu acho que esse debate sobre o Guaíba necessariamente envolve a recuperação do Gravataí e a recuperação do Rio dos Sinos.

Desculpem-me por eu ter avançado no tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jose Stédile) - Agradecemos a fala de Renato Saraiva Ferreira.

Registro a presença de Amanda Borges, da Liderança do PMDB, Gilmar Pastorio, do gabinete do Deputado Marco Maia, André, Daniel, Danilo, Eliane Oliveira, a quem agradeço a forma atenciosa com que nos recebeu nesta Comissão,



Paula, Natália, Gustavo, Olga, Guilherme, Talita, Augusto, de Cachoeirinha, Kaleandra, Cristiane, Luciane, Dilamar, Rafael, Moreno, Fernando, Gladys, Chico, entre outros que participaram do nosso encontro.

Quero saber se alguém ainda tem alguma pergunta. *(Pausa.)*

Sugiro então que cada convidado disponha de 3 minutos para apresentar suas considerações finais e até dar sua opinião sobre a fala dos outros palestrantes.

Eu estou muito preocupado com a situação do DMAE, de Porto Alegre. O fato de ele não estar aqui por não ter recursos para vir já demonstra a situação em que se encontra. Não tem recurso para vir a uma audiência pública, e o DMAE tem toda a arrecadação da água, do esgoto em Porto Alegre.

Estou muito preocupado. Se ele não tem condição de vir aqui, imaginem se tem condição de fazer o estudo da qualidade da água, de pagar por um estudo mais aperfeiçoado. Nós não estamos tratando de uma estrada que não está sendo construída, de obra que está atrasada, de uma ponte, estamos tratando da água que milhões de gaúchos estão tomando. Daqui a pouco, nós estaremos consumindo água contaminada. Isso pode não ter um reflexo imediato, mas pode estar contaminando toda a população e ter um reflexo daqui a 2, 3, 10 anos.

Então, estou muitíssimo preocupado com isso. Estou propondo que nós criemos uma equipe de trabalho para, a partir desta audiência pública, visitar o DMAE, a CORSAN e as Prefeituras da região, fazer um roteiro de visitas, porque às vezes não temos noção. Proponho que arrumemos um barco para circularmos pelos dois rios principais, o Sinos e o Gravataí, que, de fato, como já foi falado, são os maiores problemas quanto ao abastecimento do Guaíba. A intenção é, a partir disso, fazermos a visita ao DMAE, à CORSAN, às Prefeituras, sensibilizarmos os Prefeitos e trazermos um documento dessa equipe para o Governo Federal.

Há possibilidade de o BNDES ser envolvido. Renato já me dizia, antes da audiência pública, que existe recurso no BRDE para investimento nesse setor, mas sabemos como as coisas funcionam no Brasil. Quando se trata de meio ambiente, de cultura, tudo é depois, nunca é prioridade. Nós estamos tratando da vida das pessoas, do povo gaúcho, e isso, na minha opinião, é a prioridade das prioridades.

Então, estou propondo isso.

Cada convidado disporá de 3 minutos, e depois encerraremos a reunião.



Tem a palavra Luciene Schuch.

**A SRA. LUCIENE SCHUCH** - Eu gostaria de dizer que esperava, quando preparei a minha palestra, que aqui estivesse presente o Prof. Rualdo Menegat, que fez o *Atlas Ambiental de Porto Alegre* e é uma das autoridades na questão do lago. Por isso, eu deixei de abordar certos aspectos.

Todo mundo sabe que ali existem metais pesados, levados possivelmente pelo Rio dos Sinos ao longo dos últimos 150 anos, estão sedimentados no leito do lago, estão ali adormecidos, quietinhos. Quando se fala na retomada da mineração de areia, o que se discute é que, ao se revolver o leito do rio, ocorreria a ressuspensão desses metais pesados, além de outros poluentes que também devem estar nessa lama, nessas areias no leito do rio, ou do lago, como queiram.

O Prof. Menegat costuma dizer que o Guaíba é uma bomba química e que mexer nisso seria detoná-la.

Nesse parecer que eu mencionei, que o Ministério Público Estadual enviou à Secretaria do Meio Ambiente no ano passado, pedindo que não se fizesse essa abertura excepcional em relação ao Guaíba, que aqui era pretendida, existe o parecer de uma química, técnica do DMAE, dizendo que, se houvesse alteração na água do Guaíba, o DMAE não teria condição de tratá-la. Então, o DMAE não tem condições técnicas, e seria caríssimo tratar metais pesados. Ou seja, é preciso parar isso.

Hoje o DMAE trata esgoto, é isso. Em Porto Alegre, nós bebemos esgoto tratado. Também é isso, não é outra coisa. Esse reúso da água decorre literalmente de esgoto tratado. Aliás, não a bebemos. Eu não conheço nenhum porto-alegrense hoje que beba água de torneira. Daqui a pouco, o pessoal vai comprar água mineral também para tomar banho. A verdade é que isso não está correto! Nós não temos uma água de qualidade. É perigoso mexer nesse leito sem que tenha sido feito o zoneamento ecológico e ambiental amplo, previsto em lei. Depois desse zoneamento, eu acho que a sociedade civil tem de ser consultada, e ela deve se manifestar, para dizer se quer ou não permitir a abertura do Guaíba para mineração.

O Guaíba é um patrimônio dos gaúchos, ele é de todos, não é de alguns. Eu acho que temos de estar atentos a isso. E, depois do zoneamento, vamos analisar: *“Bom, agora sim, os estudos foram feitos. Que metais pesados existem? Quanto*



*disso vai para a água? Que danos isso pode causar à saúde?” Sabemos que os danos provocados pela ingestão de metais pesados são seriíssimos.*

Então, é essa a questão que queremos discutir.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jose Stédile) - Obrigado, Luciene.

Eu esclareço que Rualdo Menegat foi convidado e nos respondeu da seguinte forma:

*Fico muito lisonjeado com o teu honroso convite para participar desse importante evento que organizas na Casa do Povo. Inicialmente, vou parabenizá-lo por essa importante iniciativa, que ajuda a aumentar a consciência sobre o Lago Guaíba e conhecer o grau de degradação em que se encontra.*

*Durante a semana passada, estive participando da Assembleia Anual da Cátedra UNESCO para o Desenvolvimento Sustentável, da qual sou membro, realizada na cidade de La Plata. A agenda intensa impediu-me de responder prontamente. Contudo, devido a compromissos, em virtude dessa assembleia, não poderei estar presente e declino do convite. Tenho certeza de que o evento terá a repercussão desejada.*

*Aproveito para enviar-te um breve texto, onde aponto que o Guaíba é o maior bem ambiental e cultural, e aquilo que acontecer com ele acontecerá com Porto Alegre e com a Região Metropolitana.*

Por fim, ele agradece. Ele fez um texto um pouco longo, que vou anexar ao relatório da audiência pública e vai ficar à disposição de toda a comunidade.

O título do texto dele é *O Lago Guaíba: o maior bem ambiental e cultural é também o destino do futuro de Porto Alegre.*

Tem a palavra Kathia Vasconcellos, Presidente do Instituto Augusto Carneiro, para fazer suas últimas considerações.



**A SRA. KATHIA VASCONCELLOS MONTEIRO** - Eu quero reforçar as palavras da Luciene sobre a questão da mineração de areia no lago. Esse setor é muito forte, muito organizado na região de Porto Alegre e do Rio Jacuí. E estamos com um problema sério ou tivemos um problema sério com a Secretaria do Meio Ambiente. Tentam liberar essa mineração, mesmo sabendo que é necessário zoneamento ambiental para mineração no Guaíba.

Felizmente, já existe uma ação civil pública, e a juíza que está analisando o caso só vai aceitar a liberação da mineração no Guaíba quando o zoneamento estiver pronto.

Essa é uma batalha da Luciene especialmente, que há anos acompanha esse assunto, e da sociedade civil como um todo.

Eu quero dizer também que vou pautar na Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa uma reunião sobre esse assunto e vou pautar também uma reunião no Comitê do Lago Guaíba, para tratar especificamente da qualidade da água.

Eu vejo que esta audiência pública já tem encaminhamentos que vão gerar resultados.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jose Stédile) - Eu te agradeço, Kathia. Sabes que somos parceiros nessa luta. Temos a mesma compreensão das dificuldades, dos problemas que temos de enfrentar.

Tem a palavra Renato Saraiva Ferreira, para fazer suas últimas considerações.

**O SR. RENATO SARAIVA FERREIRA** - Eu vejo como muito importante esta audiência. Como a Kathia acabou de dizer, ela é o estopim de um movimento que é necessário e urgente e agora agrega também os Deputados Estaduais, porque é um debate da Região Metropolitana de Porto Alegre, envolve a Bacia do Gravataí, envolve o Sinos, envolve o Caí e envolve, fundamentalmente, o Lago Guaíba.

Quero dizer também da importância da defesa de instituições, independentemente de qualquer questão política conjuntural. O DMAE é um patrimônio de Porto Alegre. Ele tem que ser protegido e recuperado, porque historicamente tem uma equipe muito qualificada e sempre garantiu uma água de





boa qualidade. Ela sempre foi uma dos melhores do Brasil, mesmo havendo todos os problemas de poluição ao longo dos anos.

O avanço no tratamento de esgoto em Porto Alegre nos últimos anos foi enorme. Hoje o DMAE, em Porto Alegre, já conta com 11 estações de tratamento de esgoto, com capacidade instalada para tratar o esgoto de aproximadamente 80% da população, e hoje está tratando o esgoto de mais de 60%.

A obra na área central de Porto Alegre — houve a inauguração recentemente — redirecionou boa parte daquele esgoto de que falei, que era lançado ali na região do Gasômetro, para uma estação de tratamento enorme lá na ponta, na Serraria. O correspondente ao esgoto de 500 mil pessoas, nos últimos 2 anos, deixou de ser lançado diretamente no Guaíba. É muita coisa. Some-se a isso o trabalho já realizado na Zona Norte e o trabalho realizado na Zona Sul.

Então hoje, vindo pela margem esquerda, vemos que Lami tem tratamento; Belém Novo tem tratamento, Ipanema tem tratamento; a região da área central, bem como Menino Deus, Tristeza e Assunção, tem tratamento; boa parte da Zona Norte tem tratamento, e Restinga tem tratamento.

São 11 estações. Quero dizer que o DMAE vem trabalhando muito nos últimos 20 anos.

O tema da qualidade da água ali da região da ponte conversa com o da continuidade do tratamento do esgoto na Zona Norte, mas fundamentalmente deve avançar o debate também sobre o Gravataí e o Sinos. Eu ainda sou mais favorável a continuarmos o debate sobre a revitalização do Gravataí e do Sinos do que irmos para esse projeto lá. Se vai gastar 100 milhões, vamos gastá-los para recuperar o meio ambiente.

O fortalecimento institucional do DMAE. É muito séria essa questão do sucateamento do laboratório, do monitoramento. É necessária também, como disse o professor, muito corajoso, naquele momento do debate lá na UNIVALI, a modernização do tratamento da água pelo DMAE. Como ele disse, o DMAE e a maioria dos órgãos que fazem esse tipo de tratamento no Brasil estão capacitados e preparados para tratar a água de 60 anos atrás. Nossas águas hoje são totalmente diferentes. Nós temos que entrar com a tecnologia de membranas que tiram metais pesados, nós temos que entrar com a tecnologia de osmose inversa, nanofiltração,



ultrafiltração, que é o que vai garantir a água efetivamente, porque o tratamento convencional, em função hoje dos químicos existentes na água, já não assegura a qualidade necessária.

Então, temos que apoiar o fortalecimento do DMAE, tanto na parte dos laboratórios de qualidade como na dos tratamentos tecnológicos, para que isso aconteça.

Eu agradeço e digo que nós do Ministério do Meio Ambiente estamos à disposição para continuar este debate nos próximos passos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jose Stédile) - Mais uma vez agradeço ao Renato, à Luciene e à Kathia, aos nossos Vereadores que vieram do Rio Grande do Sul, ao Secretário Municipal Martini, ao Otaviano, do Governo do Estado, aos representantes dos Deputados.

Antes de encerrar esta reunião, quero convidar todos a participarem, semana que vem, dos seguintes eventos: audiência pública no dia 30 de maio, às 14 horas, para debater a necessidade de aumento da pena e a criação de qualificadoras para o crime de maus-tratos aos animais; audiência pública no dia 1º de junho, às 9h30min, no Plenário 8, para debater o PL 1.013/11, que proíbe o consumo de óleo *diesel* por veículos de pequeno porte.

A partir de amanhã, as apresentações dos palestrantes desta audiência pública estarão à disposição dos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente na Internet, no *link* Audiências Públicas.

Agradeço a presença dos convidados, dos Parlamentares e dos demais presentes, assim como a participação dos internautas.

Bom dia a todos.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a presente reunião.